



ESTADO DE GOIÁS
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS - GOIASFOMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO: 202100059000108

INTERESSADO: AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA ESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEIOS DE PAGAMENTO ATRAVÉS DE WHITE LABEL.

DESPACHO Nº 158/2021 - GELIC- 17163

DISPENSA DE LICITAÇÃO/2021 - GELIC

Trata este Processo das justificativas de Dispensa de Licitação, para contratação de serviços de consultoria com o objetivo de elaborar termo de referência e Edital para subsidiar a GoiásFomento na contratação de empresa especializada que ofereça solução de Meios de Pagamento através de *White Label*, ampliando o portfólio de produtos, incrementando novas formas de receitas, conforme especificações técnicas dos serviços de consultoria detalhados no Termo de Referência, conforme justificativas a respeito da necessidade da contratação, estampada no Memorando nº 1/2021-ASSEP (000017956450), oportunidade em que passamos a tecer as seguintes considerações:

Considerando que a Assessoria de Estratégia e Planejamento, através do Memorando nº 1/2021-ASSEP (000017956450) encaminhou à Presidência, solicitação pedindo a contratação de empresa de consultoria especializada em estruturar operações de implantação de Meios de Pagamento, com todos os seus critérios legais e operacionais, especificamente de *White Label*, informando que a solução proposta, propiciará à GoiásFomento desenvolver seu próprio modelo de negócio, ampliando o leque de produtos ofertados, especialmente na captura de recebíveis, gestão de antecipações e fidelização de clientes.

Considerando que a empresa contratada deverá apresentar novas ferramentas de tecnologias voltadas ao mercado financeiro, possibilitando a definição de novas estratégias, ampliando, diversificando os produtos e serviços a serem ofertados pela GoiásFomento.

Considerando que a empresa de consultoria contratada deverá dispor de consultores e especialistas no desenho e estruturação de arquitetura de solução de pagamentos, abrangendo tanto o organizacional/BackOffice quanto a construção de produtos e serviços de captura e plataformas.

Considerando que as soluções a serem apresentadas, deverão ser baseadas em Payments Platforms as a Service, que são plataformas *White Label* de gestão de pagamentos e recebimentos como serviço, tais como:

- 1 – Máquinas POS;
- 2 – Máquinas Mobile POS;
- 3 – Boleto Bancário;
- 4 – TED;
- 5 – TEF;
- 6 – PIX;
- 7 - ETC.

Considerando o acima exposto, a empresa contratada deverá formular a formatação do Termo de Referência para seleção de empresa visando a estruturação da solução com ferramentas eficientes e capazes de gerenciar de forma prática e rápida todas as transações que ocorrerem abaixo de sua estrutura, possibilitando uma visão detalhada de todas as vendas, comissões, antecipações, credenciamentos, transferências digitais e bancárias.

Considerando que a empresa contratada será responsável pela elaboração do Termo de Referência, bem como pela elaboração da Prova de Conceitos com os seus requisitos que utilizados na elaboração do Edital de Pregão Eletrônico, sendo que a Prova de Conceito é a implementação de um modelo prático, em menor escala e com escopo reduzido, capaz de comprovar o funcionamento da solução, conforme definições da contratante e especificações declaradas pelos licitantes.

Considerando que a empresa contratada prestará suporte necessário à Comissão Permanente de Licitações e Contratos da GoiásFomento, no julgamento da aplicação e análise dos resultados da Prova de Conceito, que é parte integrante do Edital.

Considerando que o Diretor Presidente, através do Despacho nº 100/2021-PRESI (000018041196), ordenou o encaminhamento do Processo a Gerência de Licitações e Contratos-GELIC, manifestando favoravelmente ao pleito, para que sejam adotadas todas as medidas necessárias a fim de realizar a contratação, observadas todas as exigências e formalidades legais.

Considerando as justificativas acima e a necessidade da contratação de empresa de consultoria para estruturar operações de implantação de Meios de Pagamento através de *White Label*, a Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio através do Despacho nº 74/2021 (000019036801) providenciou mapa de cotação de preços junto às seguintes empresas:

1. **Z SYSTEMS SOFTWARE DE GESTÃO LTDA**, apresentou proposta de preço no valor global de **R\$29.880,00 (vinte e nove mil, oitocentos e oitenta reais)**;

2. **ULTRALINKS LTDA**, apresentou proposta de preço no valor global de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais);
3. **FCF SERVIÇOS LTDA**, apresentou proposta de preço no valor global de R\$34.560,00 (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais).

Considerando o exposto nas cotações de preços anexadas aos autos, restou comprovado que a melhor proposta de preço apurada foi aquela apresentada pela empresa **Z SYSTEMS SOFTWARE DE GESTÃO LTDA**, que apresentou proposta de preço para prestação dos serviços de consultoria no valor global de **R\$ 29.880,00 (vinte e nove mil, oitocentos e oitenta reais)**.

Considerando que a referida contratação por meio desta **Dispensa de Licitação** cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, fatores que propiciam segurança jurídica da contratação, senão vejamos:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal pelo qual reza o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determina que as obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da Constituição Federal de 1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. ”

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 13.303/2016, mais conhecida como Lei das Estatais, no caso da **GoiásFomento** foi criado recentemente o **Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A**.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, no caso, as **Dispensas de Licitações** e as Inexigibilidades de Licitações. O presente procedimento, trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no **Art. 51, inciso II do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da**

Agência de Fomento de Goiás S/A, onde se verifica ocasião em que é cabível a **Dispensa de Licitação**:

O Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A, estabelece o seguinte:

Art. 51 - A licitação poderá ser dispensada nas seguintes hipóteses:

I (...)

II Para outros serviços e compras de valor até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos neste Regulamento, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

Os atos em que se verifique a **Dispensa de Licitação** são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise do inciso II, inobstante o fato da presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no **Art. 51, inciso II do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A**, o que justifica a contratação direta.

O critério do menor preço deve presidir na escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do processo, pelo menos 03 (três) propostas de preço.

Finalmente, considerando que as despesas decorrentes desta Dispensa de Licitação, informada no Despacho nº 35/2021-ASTEC (000020168713) serão contabilizadas através da Rubrica Contábil da Dotação Orçamentária Conta nº 8.1.7.63.10.002.000-8 - DESPESAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS - CONSULTORIAS.

Esta Comissão, com base na solicitação da ASSESSORIA DE ESTRATÉGIA E PLANEJAMENTO, estampada no Memorando nº 1/2021-ASSEP (000017956450), e ainda, nas considerações acima, resolve declarar por meio deste Despacho, a **Dispensa de Licitação**, para contratação da empresa **Z SYSTEMS SOFTWARE DE GESTÃO LTDA**, para prestação dos serviços de consultoria com o objetivo de elaborar termo de referência e Edital para subsidiar a GoiásFomento na contratação de empresa especializada que ofereça solução de Meios de Pagamento através de *White Label*, pelo preço global de **R\$29.880,00 (vinte e nove mil, oitocentos e oitenta reais)**, para pagamento conforme cronograma de entrega dos serviços detalhados no Termo de Referência. Fundamentação Legal: **Artigo 51, inciso II do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A**.

Diante do exposto, participamos que foram juntados todos os documentos necessários para instruir este procedimento.

Remetam-se os autos à GEJUD para o devido parecer jurídico e, após, ao Senhor Presidente para, caso assim entenda, autorizar a referida contratação nos termos das exposições acima.

JOHNILTON DE ALMEIDA E SILVA

Presidente da CPL

Membros:

01. Klycia Lima Soares

02. Marcelo Godoi Araújo

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS DO (A) AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS - GOIASFOMENTO, ao(s) 03 dia(s) do mês de maio de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **JOHNILTON DE ALMEIDA E SILVA, Gerente**, em 04/05/2021, às 15:24, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000020263320** e o código CRC **8460EED9**.

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVENIDA GOIÁS 91, S/C - Bairro CENTRO - GOIANIA - GO - CEP 74005-010 -
(62)3216-5023.



Referência:
Processo nº 202100059000108



SEI 000020263320